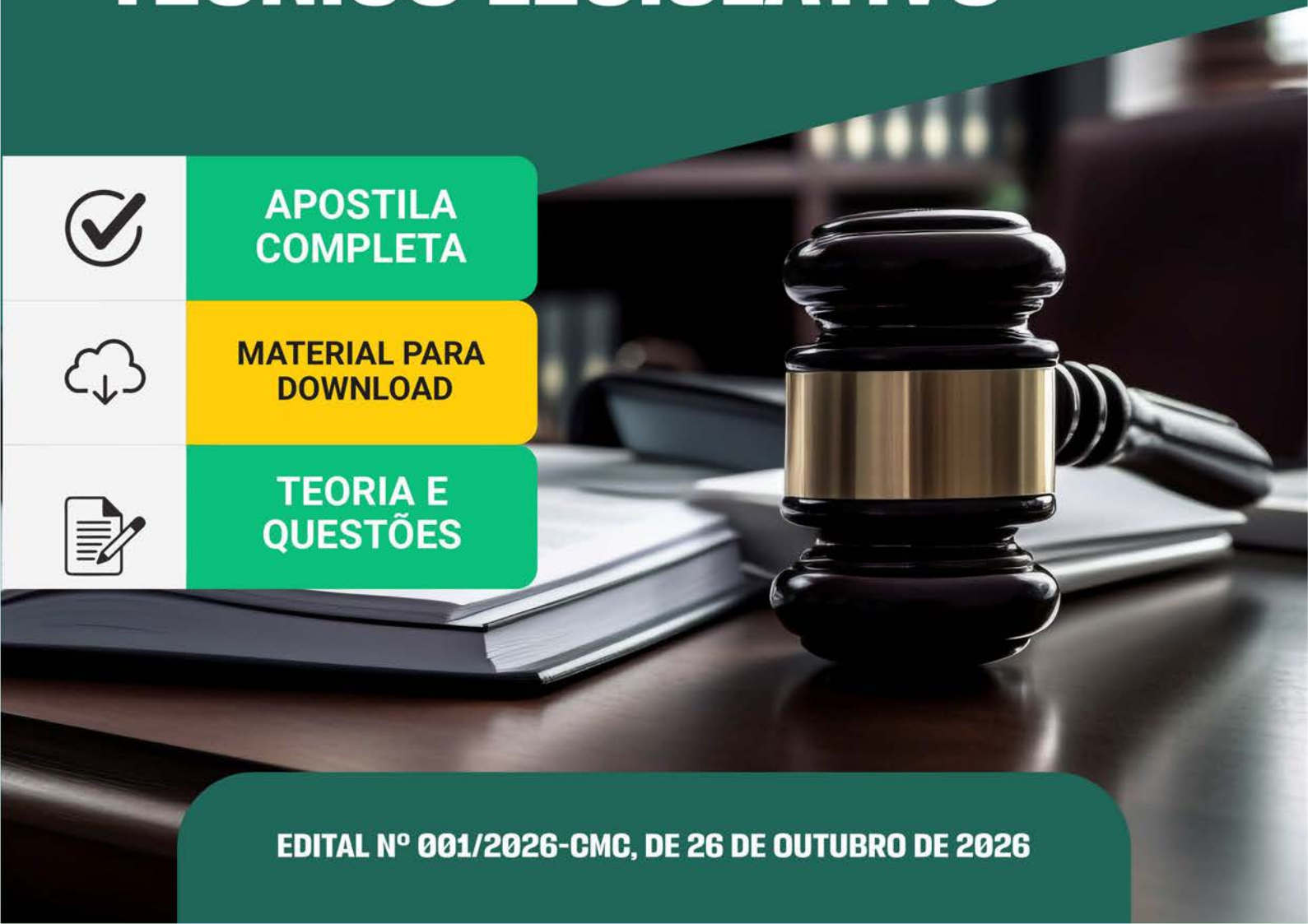
Maxi educa

CÂMARA DE CUIABÁ-MT

CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ - MATO GROSSO

TÉCNICO LEGISLATIVO



- APOSTILA COMPLETA
- MATERIAL PARA DOWNLOAD
- TEORIA E QUESTÕES

EDITAL Nº 001/2026-CMC, DE 26 DE OUTUBRO DE 2026

Maxi educa

Este é um Material de Demonstração!

Este arquivo é ápenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila. Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, esta não é a apostila completa.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- Diferentes práticas que otimizam seus estudos
- Questões gabaritadas

Adquira agora o material completo.
www.maxieduca.com.br

SUMÁRIO

Câmara de Cuiabá - MT

Técnico Legislativo

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Leitura e interpretação de textos de variados gêneros discursivos **1**
As condições de produção de um texto e as marcas composicionais de gêneros textuais diversos **6**
Linguagem e adequação social: Variedades linguísticas e seus determinantes sociais, regionais, históricos e individuais **15**
Registros formal e informal da linguagem **16**
Aspectos linguísticos na construção do texto: Fonética: prosódia **21**
Ortografia **22**
Morfologia: formação, classificação e flexão das palavras. emprego de nomes, pronomes, conjunções, advérbios, modos e tempos verbais **29**
Sintaxe: concordâncias verbal e nominaL **52**
Regências verbal e nominal **59**
Colocação pronominal **65**
Semântica: polissemia, paronímia, homonímia, denotação e conotação **68**
Textualidade: coesão, coerência **72**
Intertextualidade **77**
Argumentação **81**
Pontuação **82**
Tipos de discurso: direto e indireto **86**
Questões **91**
Gabarito **107**

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICO

Operações com conjuntos **1**
Raciocínio lógico numérico: problemas envolvendo operações com números reais e raciocínio sequencial **9**
Conceito de proposição: valores lógicos das proposições. Conectivos e negação **21**
Argumentação lógica e diagramas lógicos; quantificadores universal e existencial **24**
Equivalências e implicações lógicas **36**
Problemas de contagem: princípios aditivo e multiplicativo **45**
Questões **48**
Gabarito **53**

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Microinformática: conceitos, hardware, software, dispositivos de entrada, saída e armazenamento..... 1

Sistemas operacionais: conceitos, recursos e uso do windows 10 e 11 e de distribuições linux 7

Pacotes de escritório: microsoft office/microsoft 365 (word, excel e powerpoint) e libreoffice 7 ou superior (writer, calc e impress): conceitos, recursos, atalhos de teclado e uso..... 33

Redes de computadores e internet: conceitos, protocolos, arquitetura tcp/ip, navegadores (microsoft edge, mozilla firefox e google chrome), correio eletrônico e ferramentas de colaboração..... 69

Computação em nuvem, armazenamento e serviços online..... 92

Redes sociais e comunicação digital..... 100

Segurança da informação: conceitos, ameaças (vírus, malware, phishing e engenharia social), backup, firewall, antivírus e autenticação em dois fatores..... 103

Noções da lei nº 13.709/2018 (Lei geral de proteção de dados pessoais) 123

Questões 146

Gabarito..... 153

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE MATO GROSSO

História e Geografia de Mato Grosso História de Mato Grosso: Período Colonial Os bandeirantes: escravidão indígena e exploração do ouro; A fundação de Cuiabá: Tensões políticas entre os fundadores e a administração colonial; A fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade e a criação da Capitania de Mato Grosso; A escravidão negra em Mato Grosso. Período Imperial 1

Período Imperial A crise da mineração e as alternativas econômicas da Província. A Rusga; Os quilombos em Mato Grosso. Os Presidentes de Província e suas realizações. A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai e a participação de Mato Grosso. A economia de Mato Grosso após a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. O fim do Império em Mato Grosso 6

Período Republicano O coronelismo em Mato Grosso. Economia de Mato Grosso na Primeira República: usinas de açúcar e criação de gado. Relações de trabalho em Mato Grosso na Primeira República. Mato Grosso durante a Era Vargas: política e economia. Política fundiária e as tensões sociais no campo. Os governadores estaduais e suas realizações 12

Tópicos relevantes e atuais de política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, segurança, ecologia e suas vinculações históricas..... 18

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Geografia de Mato Grosso: Mato Grosso e a região Centro-Oeste. Geopolítica de Mato Grosso. Ocupação do território. Aspectos físicos e domínios naturais do espaço mato-grossense. Aspectos político-administrativos. Aspectos socioeconômicos de Mato Grosso. Formação étnica. Programas governamentais e fronteira agrícola mato-grossense. A economia do Estado no contexto nacional. A urbanização do Estado **19**
Questões **25**
Gabarito **33**

NOÇÕES DE ÉTICA E FILOSOFIA

Fundamentos da Filosofia **1**
Filosofia moral: Ética ou filosofia moral **6**
Consciência crítica e filosofia **12**
A relação entre os valores éticos ou morais e a cultura **17**
Juízos de fato ou de realidade e juízos de valor **23**
Ética e cidadania **28**
Racionalismo ético **34**
Ética e liberdade **39**
Questões **45**
Gabarito **52**

RELAÇÕES INTERPESSOAIS

Relações Humanas/interpessoal **1**
Comunicação Interpessoal **6**
Característica de um bom atendimento **7**
Postura Profissional **11**
Integração **12**
Empatia **18**
Capacidade de ouvir **23**
Argumentação Flexível **25**
Questões **28**
Gabarito **35**

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Estado, governo e Administração Pública: conceitos, elementos, organização e princípios da Administração Pública 1
Organização administrativa do Estado: Administração Direta e Indireta; Órgãos públicos 5
Agentes públicos: cargo, emprego e função pública 11
Noções de Direito Administrativo: princípios administrativos 18
Poderes administrativos 24
Atos administrativos (conceito, requisitos, atributos e espécies) 28
Controle da Administração Pública: controle administrativo, legislativo e judicial 34
Responsabilidade civil da Administração Pública 38
Direitos e garantias fundamentais: Direitos e deveres individuais e coletivos; Direitos sociais; Cidadania; Administração Pública (arts. 37 a 41 da Constituição Federal) 42
6.Organização e funcionamento do Poder Legislativo Municipal: Câmara Municipal; Mesa Diretora; Plenário; Comissões Permanentes e Temporárias; Processo Legislativo e técnica legislativa 62
Redação oficial: comunicações oficiais, ofícios, memorandos, requerimentos, atas, sinopses, relatórios e correspondências administrativas; Redação Oficial 63
Arquivologia: protocolo, classificação, organização, guarda, conservação e arquivamento de documentos 77
Atendimento ao público, recepção e relações interpessoais no ambiente de trabalho 87
Noções de contabilidade aplicada ao setor público: receita, despesa e orçamento público 96
Noções de higiene e segurança do trabalho 100
Noções de fotografia aplicada às atividades institucionais 102
Questões 108
Gabarito 116

LEGISLAÇÃO

Lei Orgânica do Município de Cuiabá-MT 1
Regimento Interno da Câmara Municipal de Cuiabá (Resolução nº 08, de 15 de dezembro de 2016) 54
Lei Complementar nº 93, de 23 de junho de 2003 (Estatuto dos Servidores) 118
Lei Complementar nº 235, de 3 de junho de 2011 (Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Câmara Municipal), com as alterações da Lei Complementar nº 609/2026 159
Questões 182
Gabarito 190

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Língua Portuguesa

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita , ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema , os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais , que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

- **Vocabulário :** O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.
- **Sintaxe:** A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.
- **Coesão e coerência:** são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textosnão-verbais , que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

A noção de A noção de conjunto está presente em muitos aspectos da vida, sejam eles cotidianos, culturais ou científicos. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar a lista de amigos para uma festa, agrupar os dias da semana ou simplesmente fazer grupos.

Os componentes de um conjunto são chamados de elementos.

Para enumerar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

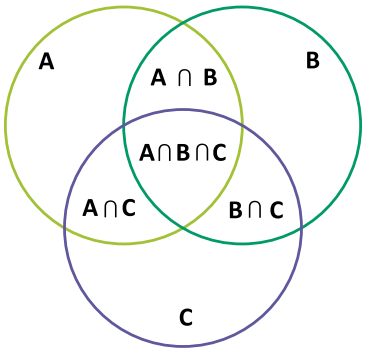
Representações

Pode ser definido por:

- **Enumerando todos os elementos do conjunto:** S={1, 3, 5, 7, 9}
- **Simbolicamente:** B={x∈N|x<8}, enumerando esses elementos temos:

B={0,1,2,3,4,5,6,7}

Diagrama de Venn



Há também um conjunto que não contém elemento e é representado da seguinte forma: S = ∅ ou S = { }.

Quando todos os elementos de um conjunto A pertencem também a outro conjunto B, dizemos que:

A é subconjunto de B

Ou A é parte de B

A está contido em B; escrevemos: A ⊂ B

Se existir pelo menos um elemento de A que não pertence a B: A ⊄ B

Símbolos

∈: pertence

∉: não pertence

⊂: está contido

⊄: não está contido

⊃: contém

⊅: não contém

/: tal que

⟹: implica que

⇔: se e somente se

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

A informática é a área relacionada ao tratamento automático da informação por meio de recursos computacionais. Ela envolve o uso de computadores, programas, redes, dispositivos digitais e sistemas capazes de receber dados, processá-los, armazená-los e apresentar resultados úteis ao usuário. Em sentido amplo, a informática não se limita ao uso de computadores pessoais, pois também está presente em celulares, caixas eletrônicos, sistemas bancários, plataformas educacionais, equipamentos hospitalares, veículos, indústrias e diversos serviços digitais.

O termo “informação” é essencial para compreender essa área. Dados isolados, como números, letras ou símbolos, passam a ter valor quando são organizados e interpretados dentro de um contexto. Um computador, por exemplo, pode receber os dados de uma planilha de notas escolares, processá-los e gerar médias, relatórios e gráficos. Nesse processo, a informática transforma dados brutos em informações compreensíveis e úteis para a tomada de decisões.

▸ Diferença entre hardware e software

Componentes físicos e componentes lógicos

Em um sistema computacional, hardware e software são elementos complementares. O hardware corresponde à parte física do computador, isto é, tudo aquilo que pode ser tocado, como monitor, teclado, mouse, placa-mãe, processador, memória, impressora, gabinete, cabos e demais dispositivos. Já o software corresponde à parte lógica, formada por programas, sistemas e instruções que orientam o funcionamento da máquina.

Para compreender essa diferença de modo didático, pode-se comparar o computador a um corpo organizado. O hardware seria a estrutura física, composta por peças e dispositivos. O software seria o conjunto de comandos e regras que permite a essa estrutura executar tarefas. Um computador sem software é apenas um conjunto de componentes eletrônicos sem orientação funcional; por outro lado, um software sem hardware não possui meio físico para ser executado.

A tabela a seguir sintetiza as principais diferenças entre hardware e software, permitindo visualizar de maneira objetiva como esses dois elementos se distinguem e, ao mesmo tempo, se complementam no funcionamento do computador.

Aspecto comparado	Hardware	Software
Natureza	Parte física do computador	Parte lógica do computador
Forma de existência	Pode ser tocado e visualizado fisicamente	Não pode ser tocado; existe como instruções, códigos e programas
Função principal	Executar fisicamente as operações e permitir a interação com o sistema	Orientar, controlar e organizar o funcionamento do hardware
Exemplos	Teclado, mouse, monitor, processador, memória, HD, SSD e impressora	Sistema operacional, navegador, editor de texto, antivírus, aplicativos e jogos
Dependência	Precisa de software para executar tarefas úteis	Precisa de hardware para ser instalado, executado e utilizado
Tipo de problema comum	Falha física, mau contato, superaquecimento, desgaste ou quebra de componente	Erro de instalação, travamento, vírus, incompatibilidade ou falha de atualização

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Entradas sertanistas, captura indígena e descoberta das lavras

O avanço português para o território que viria a constituir Mato Grosso ocorreu sobre espaços habitados e utilizados por diversos povos indígenas. Antes da instalação de vilas coloniais, rios, campos e florestas integravam sistemas próprios de circulação, cultivo, caça, pesca e relações entre comunidades. As expedições procedentes sobretudo de São Paulo não encontraram uma região vazia: procuraram controlar caminhos e pessoas, obter produtos e ampliar a ocupação portuguesa para além dos limites anteriormente convencionados com a Espanha. O bandeirismo combinava objetivos econômicos, violência armada e conhecimento territorial, frequentemente obtido de indígenas incorporados às expedições por coerção ou negociação desigual. A descoberta do ouro modificou as prioridades de muitos sertanistas, mas não eliminou a exploração indígena nem as disputas pelo domínio das terras.

As bandeiras na rede fluvial do Cuiabá

Os rios Cuiabá e Coxipó foram vias decisivas para a penetração sertanista. A movimentação por água dependia da identificação de passagens, locais de desembarque, alimentos disponíveis e trechos navegáveis. A presença anterior de Manuel de Campos Bicudo é associada aos primeiros movimentos paulistas na região, enquanto a bandeira de Pascoal Moreira Cabral se destacou no início do século XVIII. Ao atravessar áreas povoadas, os sertanistas podiam tentar alianças circunstanciais, tomar mantimentos ou impor cativeiro, produzindo enfrentamentos duradouros.

Aprisionamento, confronto e reação dos Coxiponé

A escravização de indígenas era um dos interesses centrais das entradas paulistas. A captura retirava pessoas de suas relações familiares e territoriais, impondo deslocamentos para servir em propriedades, transportes e atividades produtivas. Os Coxiponé, habitantes vinculados à região do Coxipó, aparecem na história da expansão mineradora porque resistiram à ação dos bandeirantes. A resistência podia envolver combate, retirada para áreas de difícil acesso e defesa de aldeias e rotas. Uma expedição que subisse o Coxipó em busca de cativos precisava atravessar um espaço socialmente conhecido por seus habitantes, mas desconhecido para muitos invasores. Por isso, o domínio de caminhos e ambientes naturais não pertencia exclusivamente aos portugueses. A violência colonial também afetou outros povos, inclusive Bororo, Paresi e grupos ligados aos cursos dos rios ocidentais, em situações variadas de conflito, deslocamento e contato.

Da busca de cativos à mineração de aluvião

A identificação de ouro nas proximidades de Forquilha, em 1719, introduziu um novo eixo de atração econômica. Ouro de aluvião é o metal encontrado em sedimentos movimentados pela água, frequentemente em cascalhos de leitos e margens de rios. Sua coleta exigia trabalho intenso, instrumentos relativamente simples e constante acesso a água e abastecimento. A mudança de atividade não representou uma passagem instantânea de expedições violentas para uma sociedade organizada. Os mesmos grupos que procuravam indígenas escravizados podiam passar a explorar lavras, negociar alimentos e disputar privilégios sobre os achados. A riqueza mineral dependia de trabalhadores submetidos a diferentes formas de coerção, de comerciantes e de agricultores que sustentassem os núcleos recém-formados.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

O nascimento da investigação filosófica

O pensamento filosófico começa quando uma experiência aparentemente familiar deixa de ser aceita como evidente. Perguntar pela origem das coisas, pelas razões de uma conduta ou pelo significado de uma palavra implica reconhecer que a primeira resposta disponível talvez não seja suficiente. Essa atitude não depende de possuir conhecimentos especializados: depende de transformar a surpresa em investigação, examinar justificações e admitir a possibilidade de corrigir uma convicção.

Da experiência de estranhamento à pergunta

O estranhamento filosófico não é simples perplexidade diante do desconhecido. Ele ocorre também quando hábitos comuns revelam questões profundas. A afirmação de que uma decisão foi justa, por exemplo, suscita perguntas acerca da igualdade entre as pessoas, da pertinência dos critérios adotados e da diferença entre agir conforme uma regra e agir corretamente. Uma situação concreta pode, assim, abrir problemas de alcance geral.

Admirar não é apenas surpreender-se

A admiração pode estimular curiosidade passageira, mas adquire alcance filosófico quando conduz à busca persistente de razões. Diante de um eclipse, comerciantes de uma cidade antiga poderiam sentir medo, interpretar o acontecimento por tradições recebidas ou investigar sua ocorrência como fenômeno natural. As respostas expressariam maneiras diferentes de relacionar experiência e explicação. A reflexão filosófica pergunta ainda por que determinada interpretação merece confiança, quais pressupostos sustenta e que argumentos a tornam aceitável. Não basta trocar uma narrativa por outra: importa compreender os critérios empregados para considerar uma afirmação verdadeira. Nesse sentido, o espanto inaugura uma atividade intelectual disciplinada, capaz de transformar uma ocorrência particular em problemas sobre causalidade, conhecimento e crença.

O problema antes da resposta

Uma pergunta bem delimitada organiza aquilo que poderá contar como resposta pertinente. Indagar se uma autoridade tomou a melhor decisão exige esclarecer o sentido de melhor: maior rapidez, menor custo, distribuição equitativa ou proteção dos envolvidos. Sem essa distinção, pessoas podem discutir longamente enquanto respondem a problemas diferentes. A formulação filosófica identifica alternativas, verifica se os termos são usados de modo consistente e explicita o que permanece controverso. Ela também distingue questões que podem ser resolvidas por observação, como a duração de um evento, daquelas que exigem discussão conceitual, como a legitimidade de uma obrigação. Essa separação não estabelece superioridade de uma forma de conhecimento sobre outra; mostra que diferentes perguntas demandam procedimentos adequados.

Narrativas tradicionais e explicações argumentadas

Os seres humanos elaboram sentidos para sua existência por meio de histórias, imagens, crenças e reflexões. A passagem histórica para formas sistemáticas de argumentação não elimina as tradições anteriores. Ela introduz uma exigência própria: submeter certas afirmações à discussão pública e buscar razões que possam ser examinadas por interlocutores com experiências distintas.

Mito como linguagem cultural

As narrativas míticas organizam experiências coletivas, explicam origens, estabelecem vínculos entre gerações e expressam valores. Seu significado não se reduz a erro factual, pois um relato pode desempenhar funções simbólicas e orientar práticas culturais sem pretender funcionar como descrição científica. Interpretar um mito como manifestação da imaginação social é diferente de tratá-lo como hipótese empírica. Essa distinção

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Fundamentos da convivência e da interação humana

A vida coletiva se forma por encontros reiterados em que cada pessoa interpreta comportamentos, apresenta necessidades e ajusta suas ações às dos demais. A convivência não depende apenas de simpatia: envolve expectativas sobre horários, compromissos, formas de tratamento e uso de recursos comuns. Mesmo uma interação breve, como pedir informação a um funcionário de um centro cultural, contém papéis reconhecíveis, um objetivo imediato e a possibilidade de entendimento ou desencontro. Os vínculos se tornam mais estáveis quando as pessoas percebem consistência entre o que foi comunicado e o que efetivamente acontece. Em ambientes de convivência prolongada, pequenos episódios acumulam significado e influenciam a disposição para futuros contatos.

Interdependência e construção dos vínculos

Uma relação humana é uma ligação construída por interações nas quais a conduta de uma pessoa produz consequências para outra. Há relações familiares, comunitárias, profissionais, de vizinhança e de atendimento, cada qual marcada por graus diferentes de proximidade, escolha e responsabilidade. Na equipe de um centro cultural, por exemplo, a alteração do uso de uma sala interfere na oficina, no serviço de limpeza e no trabalho de quem recebe visitantes. Os envolvidos não precisam ter amizade para agir com consideração recíproca. Precisam, entretanto, reconhecer que suas decisões alcançam outras pessoas. Quando essa interdependência fica invisível, surgem cobranças inesperadas e avaliações injustas sobre o comportamento alheio.

Reciprocidade, papéis e expectativas

Reciprocidade não significa que todas as pessoas devam oferecer exatamente o mesmo tipo de ajuda. Significa reconhecer obrigações compatíveis com os papéis assumidos e responder de maneira proporcional às necessidades da situação. Quem administra reservas precisa informar alterações; quem utiliza a sala deve respeitar as condições acordadas; quem é afetado por uma mudança tem legitimidade para solicitar esclarecimentos. A expectativa torna-se problemática quando permanece implícita: uma pessoa considera evidente que outra avisará sobre o atraso, enquanto a segunda acredita que bastará chegar e explicar. Tornar os compromissos expressos reduz a distância entre intenções e efeitos. Também evita confundir cordialidade com ausência de limites: uma resposta respeitosa pode incluir uma recusa fundamentada.

A qualidade do vínculo depende ainda da história das interações. Uma falha isolada, acompanhada de reconhecimento e reparação, costuma adquirir significado diferente de uma sequência de promessas não cumpridas. A confiança se desenvolve quando há previsibilidade suficiente para que as pessoas coordenem suas ações, mas não exige concordância sobre todos os assuntos. Na prática, a convivência exige margem para negociar prioridades e corrigir interpretações. Desentendimentos não indicam necessariamente incapacidade de conviver; podem revelar que os papéis, os recursos ou os limites do acordo foram definidos de forma incompleta.

Percepções, necessidades e padrões de convivência

A interpretação de um comportamento é influenciada por hábitos, experiências anteriores e condições do momento. O silêncio de um colega pode expressar concentração, desconforto, cansaço ou simples preferência por falar pouco. Atribuir-lhe automaticamente desinteresse transforma uma observação em julgamento. O mesmo ocorre em uma moradia compartilhada quando moradores associam uma bancada desorganizada a falta de respeito, embora nunca tenham combinado qual padrão de limpeza utilizar. Há um fato observável, mas o significado atribuído a ele depende de referências distintas. A convivência melhora quando se distingue o que ocorreu da explicação imaginada para o ocorrido.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Estado, Governo e Administração Pública: noções fundamentais

Conceito de Estado

Estrutura política, jurídica e territorial

O Estado é a organização política e jurídica formada para ordenar a vida em sociedade, exercer autoridade sobre determinado território e buscar a realização do interesse público. No Direito Administrativo, o Estado é compreendido como pessoa jurídica de Direito Público, capaz de adquirir direitos, assumir obrigações, prestar serviços, editar normas, exercer poderes e responder por seus atos.

O Estado não se confunde com Governo nem com Administração Pública. Ele é a estrutura permanente. O Governo corresponde à direção política temporária dessa estrutura. A Administração Pública é o conjunto de órgãos, entidades e agentes que executam concretamente as atividades administrativas.

Elementos constitutivos do Estado

Povo, território e soberania

Tradicionalmente, o Estado é formado por três elementos essenciais: povo, território e soberania. O povo representa o elemento humano, isto é, o conjunto de pessoas vinculadas juridicamente ao Estado. O território é o espaço físico sobre o qual o Estado exerce sua autoridade. A soberania é o poder de autodeterminação, que permite ao Estado organizar-se internamente e relacionar-se externamente com independência.

Elemento	Significado
Povo	Conjunto de pessoas vinculadas ao Estado
Território	Espaço onde o Estado exerce sua autoridade
Soberania	Poder de autodeterminação política e jurídica

Finalidade do Estado

Realização do interesse público

A finalidade do Estado é promover o bem comum, organizar a convivência social, garantir direitos, manter a ordem jurídica e prestar atividades necessárias à coletividade. Para isso, utiliza o Governo como centro de direção política e a Administração Pública como instrumento de execução prática das decisões estatais.

Governo: conceito, função política e direção do Estado

Conceito de Governo

Comando político do Estado

Governo é o conjunto de órgãos e agentes responsáveis pela direção política do Estado. Ele define prioridades, estabelece programas, conduz políticas públicas e orienta a atuação estatal conforme o projeto político escolhido legitimamente. Enquanto o Estado é permanente, o Governo é temporário, pois muda conforme eleições, mandatos e alternância de poder.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE CUIABÁ

Nós, representantes do povo cuiabano, auxiliados pela sociedade civil organizada, por determinação constitucional reunidos em Assembleia Municipal Constituinte, para organizar legalmente a Cédula Federativa Democrática, buscando nesse mister assegurar o exercício pleno os preceitos vislumbrados nos textos superiores, assim como dentro do princípio autônomo acelerar reformas e avanços na estrutura municipal, para o desenvolvimento global do homem que aqui vive, e de sua terra, integrando-os as demais unidades do território mato-grossense e do Brasil, promulgamos, sob a proteção de Deus, esta Lei Orgânica do Município de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso.

Cuiabá-MT, 05 de abril de 1990.

ATUALIZAÇÃO

Face a apresentação de Emendas, Liminares no Tribunal de Justiça, e as Ações de Inconstitucionalidades, vimo-nos na obrigação de colocar a disposição de todos a presente, com as devidas anotações.

Cuiabá, 31 de dezembro de 1996.

MESA DIRETORA

2ª ATUALIZAÇÃO

Face ao julgamento de Ações de Inconstitucionalidade a vários dispositivos, bem como à promulgação de emendas, a Mesa Diretora da Câmara promove novas anotações no texto da L.O.M.

Cuiabá, 15 de dezembro de 2004.

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

A CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, promulga a presente Lei Orgânica do Município de Cuiabá, com as disposições seguintes:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I

DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Município de Cuiabá, Capital do Estado de Mato Grosso, é pessoa jurídica de direito público interno, dotada de autonomia política, administrativa, financeira e legislativa, nos termos consagrados pelas Constituições Federal, Estadual e por esta Lei.

Art. 2º São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Art. 2-A Todo o poder do Município emana do povo, que o exerce por meio de seus representantes eleitos para o Legislativo e o Executivo, ou diretamente, nos termos da Constituição da República e desta Lei Orgânica. (Dispositivo incluído pela Emenda à Lei Orgânica nº 14, de 20 de outubro de 2006)

Parágrafo único: O exercício direto do poder pelo povo no Município de dá, na forma desta Lei Orgânica, mediante: (Dispositivo incluído pela Emenda à Lei Orgânica nº 14, de 20 de outubro de 2006)

I – plebiscito; (Dispositivo incluído pela Emenda à Lei Orgânica nº 14, de 20 de outubro de 2006)

II – referendo; (Dispositivo incluído pela Emenda à Lei Orgânica nº 14, de 20 de outubro de 2006)

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Maxi educa



GOSTOU DESSE MATERIAL?

A versão **COMPLETA** é o passo decisivo para você finalmente alcançar a aprovação e mudar sua vida. Ative agora seu DESCONTO ESPECIAL!

QUERO MINHA APROVAÇÃO!